

Brasília-DF, 07 de outubro de 2026



Direitos dos trabalhadores entram no centro do debate

Para o movimento sindical, o segundo turno também representa uma oportunidade para colocar reivindicações históricas e atuais dos trabalhadores no centro do debate político nacional



As reivindicações no centro do debate focam na redução da jornada semanal e condições de trabalho mais justas para todos os trabalhadores.

Entre essas pautas, destaca-se o fim da escala 6x1, proposta que relaciona diretamente jornada, descanso, saúde, convivência familiar e melhor qualidade de vida.

Além disso, a redução da jornada sem redução salarial permanece entre as principais reivindicações sindicais,

relacionando produtividade, avanços tecnológicos e melhores condições de trabalho.

A Câmara aprovou neste ano proposta que reduz gradualmente a jornada semanal para 40 horas, garante duas folgas semanais e mantém integralmente os salários.

Valorização do salário mínimo

Outro ponto fundamental envolve a valorização permanente do salário mínimo, instrumento que influencia diretamente trabalhadores, aposentados, pensionistas e beneficiários da proteção social em todo país.

Nesse sentido, o movimento sindical defende políticas que assegurem ganhos reais, ampliem o poder de compra das famílias e fortaleçam o mercado interno brasileiro.

Negociação coletiva

O fortalecimento da negociação coletiva aparece como instrumento essencial para ampliar direitos, construir melhores condições laborais e equilibrar relações entre capital e trabalho.

Sindicatos também reivindicam maior participação dos trabalhadores nas decisões sobre jornadas, salários, benefícios, ambientes laborais, novas tecnologias e mudanças na organização produtiva das empresas.

Proteção previdenciária

A proteção previdenciária também integra essa agenda, enquanto sindicatos defendem aposentadorias dignas, segurança social e políticas públicas capazes de proteger trabalhadores durante toda vida laboral.

Por isso, entidades sindicais defendem que eventuais ajustes econômicos preservem direitos previdenciários e evitem transferir aos trabalhadores os maiores custos das mudanças fiscais propostas.

Emprego digno e direitos sociais

Portanto, além de acompanhar alianças partidárias, o movimento sindical busca cobrar compromissos concretos relacionados ao emprego digno, renda, direitos sociais e valorização do trabalho.

Nesse cenário, democracia e direitos caminham juntos, enquanto a participação dos trabalhadores no debate público amplia a capacidade coletiva de defender conquistas sociais já alcançadas.

Assim, o segundo turno também coloca em discussão projetos distintos para desenvolvimento, emprego e

Brasília-DF, 07 de outubro de 2026

proteção social, temas que impactam diretamente milhões de trabalhadores brasileiros diariamente.

Para o sindicalismo, o debate precisa apresentar respostas concretas sobre quem trabalha e produz riqueza, considerando direitos, renda, proteção social, desenvolvimento e qualidade de vida.

Fonte: Rádio Peão Brasil

A barbárie não pode vencer

Para derrotar a extrema direita, a campanha de Lula precisa descer do salto, fazer campanha de verdade, recuperar terreno onde perdeu e falar com quem ainda não decidiu.



Lula em agenda no Piauí. Foto: Ricardo Stuckert

Por: Marcos Verlaïne*

A eleição entrou na fase decisiva. E não há espaço para acomodação. A campanha de Lula precisa descer do salto e fazer campanha real, com os pés no chão, disposição para ouvir e capacidade de disputar cada voto.

O segundo turno não será vencido apenas com o reconhecimento do que o governo fez, mas pela capacidade de transformar realizações em esperança de que o futuro será ainda melhor, convencimento e voto.

É preciso olhar o mapa eleitoral sem ilusões.

Onde Lula perdeu, é necessário reduzir a diferença.

Onde venceu, é preciso ampliar e muito.

Cada estado, cada região, cada cidade e, sobretudo, cada segmento social precisa ser tratado como espaço de disputa política. Não existe voto garantido.

Comunicação não pode ser acessória

Há outro desafio incontornável: melhorar substantivamente a comunicação do governo e da

campanha. O governo produz resultados, mas nem sempre consegue fazer com que esses resultados cheguem à população de maneira compreensível, direta e politicamente eficaz.

Não basta anunciar programas, números e medidas. É preciso explicar o que mudou na vida das pessoas, quem fez a mudança acontecer e quem pretende interrompê-la. A extrema direita sabe simplificar a mensagem, explorar medos e fabricar inimigos.

A resposta a isso não pode ser burocrática nem tecnocrática.

É necessário falar a língua do povo, disputar as redes, ocupar as ruas e reconstruir uma comunicação política que tenha emoção, clareza e sentido de futuro.

Ir atrás de quem não votou

Existe ainda enorme frente de batalha: quem não votou em nenhum dos 2 campos no primeiro turno. Esse eleitor não pode ser tratado como espectador. É preciso ir atrás dele.

Conversar, ouvir, responder dúvidas, reconhecer problemas e apresentar razões concretas para votar em Lula. Sem arrogância, sem sermão e sem imaginar que todo eleitor que não votou no presidente é adversário.

A eleição será decidida também pela capacidade de mobilizar quem está distante, desinteressado ou descrente da política.

O que está em jogo

Não se trata apenas de escolher entre 2 candidatos. Está em disputa os rumos do País.

De um lado, a possibilidade de aprofundar políticas de desenvolvimento, emprego, inclusão social, soberania e democracia. De outro, uma extrema direita que já demonstrou não ter limites para atacar instituições, direitos e a própria convivência democrática.

Por isso, a campanha precisa combinar governo, militância e sociedade. É hora de baixar a guarda, aumentar a presença, multiplicar a conversa e ampliar as alianças.

A barbárie não pode vencer. E essa não será derrotada por soberba ou acomodação, mas por organização, política, comunicação e voto.

(*) *Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP*

Fonte: Portal Vermelho

Brasília-DF, 07 de outubro de 2026

PEC que acaba com escala 6x1 começa a tramitar no Plenário

Ton Molina/Agência Senado



Davi Alcolumbre (ao centro) conversa com o líder do governo, Randolfe Rodrigues, na sessão de discussão

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1 começou a tramitar no Plenário do Senado. Nesta terça-feira (6), os senadores fizeram a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, sobre a PEC 221/2019.

A proposta, que tem o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) como primeiro signatário, foi aprovada no início do mês de setembro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, sob relatoria do senador Omar Aziz (PSD-AM).

No Plenário, a matéria precisa passar por cinco sessões de debates antes de ser votada em primeiro turno. Se aprovada, segue para o segundo turno, com outras três sessões de discussão antes da decisão final. Uma PEC precisa ter ao menos três quintos dos votos favoráveis nas duas votações, o que representa o apoio de pelo menos 49 senadores.

De acordo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a proposta pode beneficiar quase 40 milhões de brasileiros, “que poderão ter um dia a mais de descanso para passar com sua família”. Davi afirmou que a expectativa é que a discussão e a votação em primeiro turno ocorram nesta e na próxima semana. Ele incentivou o debate entre os senadores e disse que cada parlamentar vota conforme sua consciência.

— É um momento importante para o Congresso e para a vida nacional — registrou Davi.

Matéria completa:

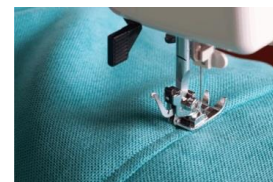
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/10/06/pec-que-acaba-com-escala-6x1-comeca-a-tramitar-no-plenario>

Fonte: Agência Senado

Indústria têxtil responderá por dívida de empresa de facção

Interferência no trabalho das costureiras levou Justiça a considerar que havia terceirização

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a responsabilidade subsidiária da Cotton Star Industrial, de Blumenau (SC), pelo pagamento de valores devidos por uma microempresa de facção a uma costureira. Ficou demonstrado que a empresa interferia no trabalho das costureiras, e a relação foi considerada terceirização.



Contrato previa produção independente

A primeira empregadora, a microempresa Joni Marciel da Costa, fez um acordo judicial para pagar R\$ 16 mil à costureira. O acerto não foi pago, e a trabalhadora pediu o reconhecimento da responsabilidade subsidiária da Cotton Star, tomadora de serviços.

Em contestação, a Cotton Star alegou que não tinha nenhuma relação com a obrigação ou com o prejuízo discutido, por atuar por meio de contrato de facção. Nesse tipo de contrato, a indústria, em vez de fabricar tudo internamente, contrata uma ou mais oficinas especializada para costurar, bordar, montar ou finalizar as roupas. Informou que havia contratado a Joni para fabricar determinadas peças e que a contratada trabalhava de forma independente, administrando seus próprios empregados e a produção.

Fiscalização revelou interferência na produção

Contudo, a 1ª Vara do Trabalho de Rio do Sul (SC) concluiu que a Cotton tinha ingerência no processo produtivo da Joni, especialmente por meio da fiscalização das peças e do controle de qualidade. O fato foi confirmado pela representante da Cotton em depoimento. Segundo ele, as inspetoras externas passavam diariamente nas empresas contratadas.

A interferência levou o juízo a entender que a relação não era apenas um contrato comercial de facção. A sentença reconheceu a responsabilidade subsidiária da empresa contratante pela dívida de R\$ 16 mil, prevista no acordo, não paga pela Joni, acrescida de juros e atualização monetária.

Na responsabilidade subsidiária, a primeira empresa continua sendo a principal responsável pela dívida trabalhista. Mas, se ela não pagar, a segunda empresa poderá ser chamada a pagar.

A decisão foi mantida pelo Tribunal Regional do

Brasília-DF, 07 de outubro de 2026

Trabalho da 12ª Região (SC), e a empresa recorreu ao TST.

TST não pode reexaminar provas

O relator, ministro Mauricio Godinho Delgado, observou que, diante da constatação nas instâncias de origem de que houve ingerência na administração da prestadora de serviços, deve ser mantida a responsabilidade subsidiária da tomadora. O colegiado aplicou a Súmula 126, que impede o TST de reexaminar fatos e provas já analisados pelas instâncias anteriores.

Processo: 0000073-41.2024.5.12.0011

Fonte: TST

Flávio Bolsonaro critica fim da escala 6x1 e chama proposta de "oportunismo" de Lula

Candidato do PL defende modelo em que trabalhador escolha a carga horária

O candidato à Presidência e senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) criticou nesta terça-feira (6) a proposta de acabar com a escala de trabalho 6x1 sem redução salarial e classificou a iniciativa, apoiada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como uma medida eleitoral. A proposta de emenda à Constituição começa a ser discutida no Senado nesta terça. Lula e Flávio disputam o segundo turno da eleição presidencial.



"Lula, em quatro anos de governo, não faz. Agora, no meio do segundo turno, ele vem de uma forma oportunista querer fazer um movimento achando que isso vai dar voto pra ele. Eu tenho certeza que o trabalhador brasileiro quer muito mais do que isso", afirmou Flávio após uma reunião com aliados na sede de sua campanha.

O senador tem evitado dizer diretamente se votará a favor ou contra a proposta em análise no Congresso. Em vez disso, afirmou defender um modelo que considera "infinitamente melhor", baseado na possibilidade de cada trabalhador escolher a própria carga horária.

A proposta defendida por Flávio prevê que a remuneração seja definida de acordo com a quantidade de horas trabalhadas. Dessa forma, uma redução da jornada poderia resultar também em redução salarial.

O modelo difere da PEC debatida no Senado, que

prevê a ampliação do período de descanso do trabalhador sem diminuição do salário.

Ao explicar sua proposta, Flávio citou como exemplo a situação de uma mãe que poderia, segundo ele, ajustar os horários de trabalho às necessidades pessoais.

Ela poderia, "por exemplo, trabalhar quatro horas por dia, de manhã ou à tarde, ou trabalhar no final de semana", afirmou.

"Nossa proposta é dar essa liberdade para que o trabalhador monte a sua jornada de trabalho conforme a sua possibilidade, a sua necessidade", acrescentou o candidato.

Flávio também associou sua crítica às condições atuais enfrentadas pelos trabalhadores e responsabilizou o governo Lula pela situação. Segundo ele, atualmente o brasileiro trabalha e "não tem nem momento de folga, de lazer, não tem um espaço para poder curtir a sua família".

Fonte: Brasil247

 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
Filiada à 
Campanha de Conscientização
OUTUBRO ROSA

Seu cuidado pode mudar sua história.
Conheça seu corpo. Procure orientação de saúde.
2026
SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI

[Clique aqui e confira o folder](#)